

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Eduardo Silva da Silva Gimenez

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR
À LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**PORTO ALEGRE
2015**

EDUARDO SILVA DA SILVA GIMENEZ

**A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR
À LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a. Monique Robain Montano

**PORTO ALEGRE
2015**

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 7 |
| 2.1 AFINAL O QUE VEM A SER GESTÃO DEMOCRÁTICA?..... | 7 |
| 2.2 POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL..... | 8 |
| 2.3 DIREITO A EDUCAÇÃO..... | 10 |
| 2.4 A RELEVÂNCIA DO INSTITUTO FAMÍLIA NA CONJUNTURA EDUCACIONAL HODIERNO..... | 12 |
| 2.5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO..... | 14 |
| 3. METODOLOGIA | 16 |
| 4. AÇÕES ANALISADAS | 21 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 27 |

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados das análises das ações do Projeto de Intervenção implementadas ao longo do ano de 2014 e início de 2015 na escola da rede estadual de Porto Alegre na qual me encontro lotado. Teve como metodologia a pesquisa-ação apoiada em alguns autores como, Gandin, 2001, 2004; Hora, 1997; Gadotti, 2000, 2002; Villas Boas, 2002, entre outros. Objetivamos a reestruturação do PPP, visando resgatar a participação dos diversos segmentos da Comunidade Escolar, o foco do projeto partiu da necessidade de fortalecimento da participação individual e coletiva dos atores envolvidos nos quatro segmentos da Comunidade Escolar realizou-se a análise do modelo de gestão e proposta de reformulação do PPP e dos mecanismos de engajamento da Comunidade. A proposta do projeto de Intervenção, para a resolução de “problemas” ligados ao bom funcionamento das Unidades escolares, foi de plena relevância, em que pese, não termos momentos para discussão de temas como esses. Este tem a pretensão de analisar as ações provocadas dentro do estabelecimento de Ensino, procurando abranger todos os envolvidos na gestão democrática.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Participação da Comunidade Escolar. Gestão Escolar

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de intervenção tem como tema a participação da Comunidade Escolar à luz do Projeto Político Pedagógico; foi elaborado em consonância com a Escola Estadual de Ensino Médio ABC, sito à Avenida dos Estudantes sem interesse nº 1234 – Bairro estudantil, nesta capital. Historicamente a questão do abandono dos estabelecimentos de Ensino, pela Comunidade Escolar, tem grande relevância, não somente para todos os atores que nela estejam inseridos, mas para uma pesquisa mais aprofundada. Este estudo tem a singela pretensão de diagnosticar, procurando sanar o problema do afastamento da Comunidade Escolar do seio desta Instituição de Ensino; para a reestruturação do PPP.

Nossa Escola tem como data de criação 05/11/1937; a referida Instituição conta com Laboratório de Informática, Laboratório para práticas de disciplinas de Ciências da Natureza, Biblioteca, auditório, Sala de professores, secretaria, serviço de Orientação Educacional, Serviço de Supervisão Escolar, Sala dos Professores; a Escola oferece ensino fundamental e médio completo, funciona nos três turnos, manhã, tarde e noite. O quadro de Recursos Humanos é composto por 54 professores e 09 funcionários, distribuídos entre os turnos. Contamos atualmente com 1009 educandos; o perfil de nossa comunidade escolar, por ser uma escola afastada do centro da capital, preserva ainda aspectos interioranos.

Existia na Escola ora “pesquisada”, demanda acerca da participação da Comunidade escolar nas propostas, nas deliberações, no controle e, nas questões educacionais, administrativas e financeiras; quando do pleito para composição do Conselho Escolar, fazia-se necessário “implorar” para que alguns pais se dispusessem à candidatura; os responsáveis pela grande maioria dos educandos somente iam à Escola no dia de entrega de avaliações e permaneciam poucos minutos, somente o tempo necessário para recebê-la; ignoravam qualquer chamada para aprovação de Calendário Escolar, para conversarem com educadores, e muitos se sentiam até constrangidos se necessitassem realizar tal ato.

Um assunto polêmico, que se revela nas recentes propostas de participação na escola pública, é o fato da sociedade como um todo, buscar compensar algumas deficiências, como a falta de tempo, a busca por melhores posições sociais, por

vivermos em uma sociedade capitalista, na qual o indivíduo necessita consumir cada vez mais em contra partida trabalhar mais, deixando em segundo plano a educação dos filhos, não sendo interessante saber sobre os ambientes nos quais freqüenta e que consome parte de seu dia; por outro lado vemos que com o advento de novas formas de constituição familiar, tanto pais como educadores, sentem um pouco de receio quanto à forma de manejar essa situação. Nas escolas, a questão da participação provoca o desestímulo e o descrédito, transferindo toda a responsabilidade pela educação de seus filhos para a escola e ao poder público como um todo. Penso que devemos através do resgate dessas famílias “endereço” a elas e à comunidade na qual estão inseridas uma contribuição maior, tentando transpor barreiras, possibilitando a escola cumprir cada vez mais sua função social nas questões educacionais.

Nesta seara, a reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola, deve ser proposta e executada, uma vez que o atual encontra-se desatualizado, carecendo de revisão para as demandas da comunidade; este não acompanhou as mudanças da sociedade e conseqüentemente por não ter sido estruturado pelos atores atuais, não tem sentido falarmos de gestão democrática impondo-o.

Em que pese, este trabalho acadêmico pareceu ser uma boa oportunidade para que o pesquisador apontasse algumas lacunas na gestão atual. Tem a pretensão de aproximar comunidade e escola, pondo em prática um processo participativo, nunca menosprezando as conquistas exitosas, ao contrário, edificando-as. Neste sentido questiona-se: Como fazer com que a Comunidade Escolar ocupe seu espaço dentro da Instituição de Ensino, reforçando a participação e o pertencimento de todos os envolvidos?

Ao longo deste Curso de Especialização, diversas atividades foram realizadas com o intuito de diagnosticar situações que notoriamente faziam parte do dia a dia da Instituição de ensino já apontada; “caminhando” lado a lado com atividades pertencentes ao projeto de intervenção. Este trabalho foi pautado sob a ótica dos estudiosos: Danilo Gandin, 2001, 2004; Dinair Hora, 1997; Moacir Gadott, 2000, 2002; Cássia Medel, 2008, Vitor Henrique Paro, 1997; Maria Villas Boas, 2002; Ilma Passos Alencastro Veiga, 1995; Celso Vasconcellos, 2002.

Utilizamos neste estudo a metodologia da pesquisa-ação, objetivando intervir dentro da problemática social do Estabelecimento de Ensino, tendo como meta a mobilização dos atores, motivando-os a reflexão. Esta pesquisa está subdividida em

03 capítulos: Referencial Teórico, onde apontamos alguns conceitos sobre o que vem a ser Gestão Democrática, política educacional, direito a educação, a constituição familiar e a criação e manutenção do Projeto Político Pedagógico; Metodologia, Pautamos a forma de abordagem à Comunidade Escolar, buscando a elucidação e o esclarecimento de situações problemas, como desmotivação dos atores envolvidos; Ações analisadas, nesta tivemos a pretensão de encerrar o estudo, demonstrando uma nova forma de buscar a participação dos entes participantes da gestão escolar.

Algumas ações quanto ao pertencimento dos atores da Comunidade Escolar, causaram estranheza à equipe diretiva; quando ouvidas mostraram uma grande vontade de fazer parte de um projeto escolar; participação essa que nunca havia sido mensurada. Algumas reflexões foram empreendidas ao longo deste trabalho de Especialização, versando sobre temas de grande relevância, para o nosso real intuito, a qualidade de nossas práticas escolares.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AFINAL O QUE VEM A SER GESTÃO DEMOCRÁTICA?

A Gestão Escolar tem sido debatida no decurso dos anos, nas universidades, faculdades e escolas, assim como nos mais diversos órgãos da sociedade, tentando descrever uma conjuntura para o tema, sendo relevante para excelência na qualidade do ensino público. Quando discorremos sobre gestão, remetemos o pensamento à administração; em uma sociedade capitalista como a nossa, o ato de administrar nos faz lembrar a idéia de autoritarismo e poder; entretanto ao aprofundarmos este estudo, devemos elucidar os papéis de todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar. Seguindo os ensinamentos de Pellegrini:

A grande riqueza da participação de todos está na medida em que cada grupo ou cada pessoa traz para o grupo as suas percepções sobre a realidade que o cerca quando os objetivos definidos e os planos de ação estão impulsionados dessas diferentes percepções. (PELLEGRINI, 1986, p.127)

Segundo art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades [...], e o art. 08 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) determina que os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei. Assim propõe Pereira:

As conseqüências dos novos tempos de economia globalizada, pela qual as contradições inerentes ao próprio sistema capitalista permitem que estruturas centralizadas percam espaço para as decisões locais colocando novos desafios para a sociedade (PEREIRA, 2007, p. 17-18).

Nesta seara, se faz necessário explicar que os referenciais aqui apresentados constituem a base legal e teórica para análises posteriormente apresentadas, sendo selecionadas a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, sendo esta a linha orientadora da referida especialização.

Quando falamos em reestruturação do Projeto Político Pedagógico, devemos pensar que este deve estar embasado na dinâmica social, que vai envolver todas as relações que diretamente influenciam o trabalho escolar, haja vista as atividades pedagógicas assim como as administrativas. Reformular um PPP ou mesmo,

construí-lo, requer uma postura mais ampla, considerando a capacidade de visualização de estratégias que tenham um resultado satisfatório, para que em curto prazo o Estabelecimento de Ensino obtenha um desempenho satisfatório; neste prisma a elaboração do projeto não deve restringir-se apenas às pessoas diretamente ligadas à Escola, ou seja, professores, coordenadores, gestores Devendo sempre levar em consideração as contribuições que a Comunidade como um todo oferece, devendo sua participação ser estimulada sendo colocada em prática; em que pese, a comunidade agir de forma pertinente quanto a elaboração de ações que diretamente se encaixem aos fatores externos das Instituições de educação, tendo significativa influência nas Escolas. Reverbera Ilma Passos Alencastro Veiga:

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. “É antever um futuro diferente do presente.” O Projeto Político Pedagógico não deve ser construído com a idéia de um documento obrigatório, mas sim como a maneira pela qual a escola vai guiar-se e realizar as ações determinadas no projeto. (VEIGA, 1995, p.12).

2.2 POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL

Cotidianamente, nos defrontamos com uma significativa quantidade de bens de uso comum pelos cidadãos, estes têm a finalidade de servir a todos de uma forma geral. Segundo doutrina de Hely Lopes Meirelles, (2004, p.493) Bens públicos: “São todas as coisas, corpóreas ou incorpóreas, imóveis, móveis e semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam, a qualquer título, às entidades estatais, autárquicas, fundacionais e empresas governamentais [...]”.

Estes são bens que podem ser utilizados por qualquer cidadão. Um exemplo de um bem público vem a ser a Escola; a educação é um bem público e direito social, direito de todos e dever do Estado; a este se deve o dever de criar e ofertar efetivas condições para que esta realização seja com amplitude adequada. É um bem publico e direito social, pois tem como finalidade a formação de sujeitos e, por conseguinte o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade. Uma Instituição de Ensino compromete-se com o fortalecimento democrático, devendo a ela o exercício cotidiano dos conteúdos e formas da vida. O conceito de bem publico é aqui entendido como um princípio, isto é, como um imperativo moral, sobrepondo-se a dignidade humana aos interesses individuais. Integram em um elo

de ligação entre forças e gerenciamento; por meio de cooperação, a instituição deve fundir-se a fim de reunir família dos educandos assim como toda comunidade escolar; incentivando atitudes que propiciem e transforme seu contexto atual quanto do ambiente no qual esta inserido. Dessa forma a entidade que permite a participação da sociedade conduz e se mantém em melhores posições.

Por conseguinte, este bem público deve ser gerido pelos preceitos da democracia participativa. A formação tanto técnica quanto humana do gestor escolar se faz necessária; nesta seara é indispensável pensar a forma em que a gestão do ambiente escolar irá ser concebida; um processo de gestão escolar embasado nos preceitos da participação, autonomia e democracia resultará em equipes, que realizarão com perfeição as tarefas que lhe forem atribuídas, em conformidade com preceitos exigidos pela sociedade, possuindo a clareza das metas e objetivos do projeto político pedagógico desta Comunidade Escolar, sempre pensando no coletivo, afim de que suas reais necessidades sejam “olhadas” e resolvidas. Dessa forma acentua Luck:

A gestão educacional é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir de década de 1990, e vem se constituindo em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. [...] O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto (LUCK, 2006, p. 33-34).

A participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional se faz necessária, para que a educação consolide-se coerente com preceitos da legislação vigente e com ideais educacionais de formação cidadã de nossa sociedade democrática, onde cada ator deva ter sua função e direito de decisão, partilhando decisões, avaliando situações de diferentes “prismas”, promovendo e instigando o interesse de todos os envolvidos na Escola, direta ou indiretamente, para que se perpetue uma educação emancipadora coerente e transformadora; assegurando assim afirmação de “Escola cidadã”.

2.3 DIREITO A EDUCAÇÃO

Os temas, direito a educação, formação de sujeitos de direitos, diversidade são temas interdisciplinares que vêm sendo discutidos e estudados sistematicamente pela área pedagógica e outras, mas ainda sendo fortalecido pelo campo do direito. Onde existe sociedade tem que haver o direito, nesta seara, podemos dizer que onde há seres humanos, há educação. O direito sempre existiu; sendo normas de condutas, disciplinando o comportamento humano; primeiramente a educação informal ou natural, estando alicerçada nos valores morais e religiosos, posterior, a educação formal e organizada, com a participação estatal e da sociedade com um todo, utilizando como instrumento garantidor de convivência social, o direito. Percebemos a existência relacional entre direito e educação quando o indivíduo, para os atos da vida, conhece princípios e leis, que avalizam seus deveres e direitos, distinguindo os casos em que são aplicados. Todos os atores que atuam ou lutam em prol do direito à educação, constatarem no direito um instrumento pedagógico / didático / jurídico, não apenas visando disciplinar o comportamento humano, mas principalmente um instrumento garantidor de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A área de direito educacional, é de suma importância, uma vez que a educação tem uma dimensão jurídica pouco explorada, mas muito necessária para a formação dos profissionais em educação.

A sólida e efetiva construção de uma cidadania é de enorme importância, para afirmação dos direitos humanos, acentuando nesse sentido, a educação como fator preeminente para promoção de mudanças significativas na sociedade, fomentando o estudo e aplicação dos direitos e das garantias fundamentais, como previsto na Constituição Federal de 1988. Sendo que no art. 205, da CF, a Educação representa instrumento hábil de produção e enriquecimento de conhecimento e valores; um processo reflexivo de construção de conhecimento a partir da convivência humana, tornando “homens” autônomos.

Na atualidade, muitas são as nações que garantem em suas Leis ou constituições o direito e o acesso à educação, assegurando aos indivíduos sua formação como cidadãos, possibilitando a todos a livre participação em ambientes políticos e sociais. Existe uma série de documentos de particularidade internacional celebrados por países da Organização das Nações Unidas, reconhecendo e garantindo tais direitos como o art. XXVI da Declaração universal dos Direitos do

Homem, do ano de 1948 e em 1960 a Convenção Relativa à luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, segundo Bobbio:

A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por “existência” deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (BOBBIO, 1992, P.79-80).

Por conseguinte, a construção de uma sociedade justa e digna, somente será possível, quando educação, cidadania e direitos humanos, convergirem em um mesmo sentido... Consolidando a carta magna. Que a educação seja capaz de “criar” seres pensantes, capazes de passarem da indignação ação.

A importância sobre as relações estabelecidas entre a gestão escolar e o trabalho pedagógico, julgando sempre a necessidade da conscientização das práticas educativas em um processo educacional e social devem sempre ser o foco de grandes debates. O Gestor vem a ser um dos principais atores responsáveis pela execução de uma política que promova o atendimento e os anseios às necessidades dos segmentos da comunidade escolar; promovendo como prática mediadora o trabalho pedagógico, devendo cooperar com os aspectos econômicos da atualidade, especificamente sobre o ponto de vista social. Promover a curiosidade e o pensar pela política, sendo que a grande maioria dos educandos não se interessa pela política; demonstrando que a política sustenta-se na implementação de papéis específicos de cada poder, exemplificando a eles o papel de cada um dos três poderes. O Estabelecimento de Ensino deve assumir papéis capazes de conduzir o aluno a desenvolver o senso crítico, estimulando-os aos questionamentos de fatos geradores de decisões próprias. As políticas devem estar voltadas para o desempenho e a qualidade escolar, orientando a melhoria da qualidade da educação partindo dos princípios da Inclusão social, igualdade, colaboração e participação, assim como não poderia deixar de elucidar, a autonomia. acentua PIAGET:

Do ponto de vista moral, a cooperação leva não mais à simples obediência às regras impostas, sejam elas quais forem, mas a uma ética da solidariedade e da reciprocidade. Essa moral caracteriza-se, quanto à forma, pelo desabrochar do sentimento de um bem interior independente dos deveres externos, ou seja, por uma progressiva autonomia da consciência, prevalecendo sobre a heteronomia dos deveres primitivos (PIAGET, 1977, p.118).

O Gestor, assim como sua equipe escolar, necessita estar engajados com a

construção do conhecimento dos educandos; criando sempre um ambiente saudável e acolhedor, promovendo com isso um bom rendimento escolar e convívio social, assim como políticas públicas, que nada mais são do que, diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade e do estado. Penso que um gestor nunca deva focar somente em uma área, pois senão o termo gestor, não estaria bem empregado. A esse profissional denominaria de gerente. O gestor deve sempre buscar o equilíbrio entre as áreas de conhecimento para chegar a ser um líder. Deve ter sólidos conhecimentos em Administração, Pedagogia, Ciências Sociais e Direito, em que pese os direitos humanos estarem no centro da problemática das sociedades contemporâneas, sendo constantemente violados. A Comunidade Escolar tem um papel muito importante na Gestão Escolar; o gestor deve estar capacitado para saber quais as questões que causam constrangimentos a ponto de distanciarem a comunidade da escola, sendo a “mola mestra” dessa relação.

2.4 A RELEVÂNCIA DO INSTITUTO FAMÍLIA NA CONJUNTURA EDUCACIONAL HODIERNO

A instituição de Ensino tem como função primordial ensinar adstritamente com a Comunidade Escolar, formando o indivíduo para a cidadania, fazendo relação direta entre seus direitos e deveres para com a sociedade, integrando-a; sustentando a participação discente nas relações sociais, propondo exercer sua função educativa conjuntamente com os pais. O primeiro grupo social, onde a criança constrói seu pertencimento é a família, nesta, desenvolve padrões de socialização e dá seus primeiros passos para sua afirmação como cidadã. Segundo Lopes:

É indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo. A família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança. (LOPES, 2009, p.01).

Nesta seara, faz-se necessário estabelecer uma relação de parceria família/escola colaborando para o desenvolvimento discente; podendo dessa forma

garantir uma educação de qualidade alicerçadas em duas das mais importantes instituições. Todavia torna-se obrigatória a análise de nossa moderna sociedade, notando que uma das mais expressivas mudanças é a estruturação atual das famílias.

A função dos Estabelecimentos de Ensino não são somente ensinar... Mas fazer com que tenham maturidade suficiente para atuarem como seres pensantes, dispostos a argumentar e saber julgar suas escolhas assim como propor mudanças caso necessário no meio ao qual estão integrados.

A escola deve afrontar algumas demandas sociais, tais quais esmerar o educando como pessoa; democratização da escola; Preparação do aluno para o exercício da cidadania; contemplar o aluno para progredir no mundo do trabalho; Articular a escola com a família; trabalhar o respeito às diferenças a tolerância, zelando sempre pelo aprendizado do aluno. A escola deve sempre tentar interatuar a família dos educandos em atividades escolares; nunca pensando em resolver problemas que circundam a família habitualmente, mas para ouvi-los tentando sempre o engajamento em algum movimento proposto pela instituição sob a forma de projetos, atividades. etc. Assim como bem diz Paro: (1997, p.30)

A escola por sua maior aproximação às famílias constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade. (PARO, 1997, P.30)

A família e a escola devem ser coesas... Ambas devem seguir os mesmos princípios e conceitos, “olhando” para a mesma direção, focando os mesmos objetivos, e esta parceria é de suma importância para o sucesso da educação de todo o indivíduo... Assim faz-se necessário que pais e educadores sejam grandes e fieis companheiros nessa jornada.

Destarte, equipe diretiva e professores e servidores em geral devem saber ouvir a família, tentar entender o meio no qual o aluno e seus pais estão inseridos, quais as expectativas e modos de vida, valores. Por conseguinte e de extrema importância os pais conhecerem a instituição e as pessoas que a compõem, em que pese, “entregarem” seus rebentos para assessorar na sua educação. A escola deve

também explicar aos pais seu modo de funcionamento, assim como seu Regimento interno, disposição de espaços, materiais.

A participação da família não pode ser sempre cobrada, ela deve ser constante e consciente. Conforme Hora:

A participação em todos os níveis do processo educacional garantirá que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios dessa comunidade. Essa participação se efetivará através da integração do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório cultural. (HORA, 1997, p.21)

A participação deste segmento, o segmento pais, reforça a relação com a escola, participando da construção do sucesso escolar, tendo suas ações reflexos para a permanência dos filhos na escola.

Dessa forma faz-se necessária a compreensão que no instante em que a família e a escola conseguirem estabelecer um compromisso, na forma como irão atuar na educação dos filhos, o choque de interesses conflitantes dentro de sala de aula serão aos poucos sanados.

2.5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) contempla a propositura educacional de um Estabelecimento de Ensino. Por meio deste instrumento a comunidade escolar pode desenvolver a coletividade das atividades da Escola, assumindo assim também as responsabilidades, contribuindo e garantindo o cumprimento da gestão democrática. Este permite autonomia às escolas públicas, dessa forma, as unidades escolares definem sua administração. O êxito de qualquer projeto educacional se dá, na construção de parcerias com a comunidade, dessa forma a gestão democrática far-se-á presente; sendo eficaz na proporção em que o engajamento dos atores da escola seja assumida como compromisso. No projeto, são oferecidas novas diretrizes, inovações nas práticas pedagógicas, visando à busca pela qualidade. Assim reverbera Gadotti:

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI. 2000, p.38).

O Projeto Político Pedagógico é um mecanismo de muita efetividade, apto a facultar aos Estabelecimentos de Ensino oportunidades de planejamento, empenhando-se para a busca de meios e recursos, visando reunir o maior número possível de atores da Comunidade Escolar, pretendendo a efetivação do projeto; fazendo-se necessário o envolvimento, para sua construção e posterior execução o envolvimento das pessoas. Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, podemos obter o subsídio legal da Instituição Escolar na elaboração de sua proposta pedagógica; conforme artigos desta, a escola têm independência na elaboração e execução de sua proposta pedagógica, dispondo sempre com a cooperação dos profissionais da educação, assim como dos Conselhos em sua elaboração.

A atual estrutura social pós-moderna reivindica cada vez mais que as Instituições educacionais introduzam em seus projetos escolares relações pedagógicas, pautadas em posicionamento crítico reflexivo, fomentando a relação docente e discente; assim necessitam cuidado especial quanto ao planejamento que devem estar explícito no projeto Político Pedagógico, criando uma “rede” entre todos os agentes do Conselho Escolar envolvidos no processo, relacionando-se em função do coletivo e dos interesses comuns; buscando sempre o engajamento de todos na prática educativa, nesse sentido Celso Vasconcellos afirma:

Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. (...) Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2002, p.169)

3. METODOLOGIA

Para a realização do projeto de intervenção optou-se pela metodologia da pesquisa-ação. A pesquisa-ação é uma metodologia muito utilizada em projetos de pesquisas educacionais. Segundo Thiollent (2002, p. 75). "com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico".

A presente atividade foi constituída, buscando a resolução de alguns problemas identificados, transformando idéias em ação, definindo análises e seguindo alguns passos, buscando mensurá-los através de mediação. Destarte, após o levantamento dos problemas, o projeto de intervenção foi indicado para reestruturação do Projeto Político Pedagógico em consonância com a participação da Comunidade Escolar. Conforme Bosco Pinto:

A metodologia da pesquisa-ação segundo é entendida em sentido mais restrito, como seqüência lógica e sistemática de passos intencionados, ou seja, passos com objetivos que se operacionalizam através de instrumentos e técnicas. (PINTO, 1989, p.10).

Todos os segmentos da Instituição de Ensino, que participaram do referido, foram esclarecidos de que se tratava de um Projeto de Intervenção, sendo este explicado seu significado, o que e quem queríamos "atingir", os objetivos a serem alcançados..

Centrado na preocupação de compreender os motivos pelo não engajamento dos atores da Comunidade Escolar, na melhoria e qualificação dos espaços escolares, vislumbrou-se a tentativa de reformulação do Projeto Político Pedagógico, com auxílio dos quatro pólos do segmento Escolar. Optou-se por uma pesquisa-ação realizada pelo método qualitativo; foi escolhido este tipo de pesquisa, tendo em vista possibilitar ao pesquisador analisar e interpretar relações entre o mundo real, os sujeitos da investigação e as questões levantadas, realizando análise indutiva de seu objeto de estudo. A pesquisa qualitativa oferece maior objetividade acerca da compreensão da ação social dos indivíduos. Segundo Oliveira:

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade da uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade,a

interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos. (OLIVEIRA, 2002, p.117).

Já na visão de Cervo:

É uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos e que parte de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução. (CERVO, 2002, p.63)

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a importância da participação da Comunidade escolar na reformulação do Projeto Político Pedagógico; o referido foi realizado no final do segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, foram selecionadas algumas obras literárias. Para Furasté:

A pesquisa bibliográfica se utiliza de obras literárias impressas ou capturadas pela internet, é o mais utilizado por isso é de extrema importância, mas precisa estar sempre em constante atualização somando uma série de informações, para enriquecer o projeto de pesquisa. O estudo deve atender aos objetivos do autor explicando e respondendo os problemas dentro de uma dimensão teórica devendo ir ao encontro da solução do problema. (FURASTÉ, 2008, p.33).

O processo de implantação do Projeto de Intervenção foi baseado principalmente na realização de reuniões com todos os segmentos da Comunidade Escolar, para tanto foram realizadas 07 reuniões, conforme abaixo:

- 11/11/2014 - Reunião com Segmento Professores e Funcionários;

Reunião realizada objetivando aplicação de questionário; destacou-se o nesta o conhecimento prévio dos pontos fortes e fracos da Instituição; levando em consideração patrimônio, pessoal e administrativo. Os participantes tiveram a oportunidade de falar o que representava para eles fazer parte de uma Escola democrática, e quais suas aspirações e o que esperar para 2015. Foi lido antigo PPP, comentando-o;

- 10/12/2014 - Reunião com Segmento Alunos;

Focando sempre no bem estar do educando, dentro da Instituição de Ensino, foi solicitado que falassem um pouco sobre sua trajetória na escola e suas aspirações, questionou-os sobre o que os motiva, e quais as atividades que deixam a desejar

- 12/12/2014 - Reunião com Segmento Pais;

Os participantes tiveram a oportunidade de falar o que representava para eles fazer parte de uma Escola democrática, e quais suas aspirações... Foi lido antigo PPP, comentando-o; demonstramos ao grupo que estamos engajados na atualização do referido e que haverá ações focadas nele;

- 19/12/2014 – Reunião com todos os segmentos;

Após exposição da situação escolar, “abrimos” espaço para perguntas à Comunidade. Analisamos junto a eles como se dará a participação em conjunto com a Escola no PI. ; apresentação das metas e ações para o ano letivo, realização de montagem do questionário a fim de reavaliar os instrumentos de avaliação;

- 23/02/2015 – Reunião e Prática – Professores e Funcionários.

Realizamos a “montagem” das turmas, assim como a distribuição dos turnos, focando sempre o bem-estar do educando; (Nesta reunião, foi realizada a “montagem de turmas, bem como a distribuição dos turnos, focando sempre no bem estar do educando. A intenção é que os professores e funcionários participassem como forma de motivação, engajando-se no processo de fortalecimento da participação de todos;

- 24/02/2015 – Reunião com Equipe Diretiva, Professores e Funcionários;

A cada membro foi dado à oportunidade de manifestação, detalhando dificuldades apresentadas no decorrer do ano, e sugestões para saná-las. Esclarecimentos de dúvidas; realizamos feedbacks, objetivando o término do ano letivo, analisando a motivação da equipe; elucidando tal trabalho expondo sugestões para o desenvolvimento do PI;

- 28/03/2015 – Reunião com todos os segmentos.

Para darmos andamento a aplicação dos questionários em todos os segmentos; Após exposição da situação escolar, “abrimos” espaço para perguntas à Comunidade. Analisamos junto a eles como se dará a participação em conjunto com a Escola no PI; Os pais que estavam na referida mostraram interesse; tínhamos como meta motivar o grupo, para engajarem-se; Fazer com que freqüentem a Escola, cobrando e propondo medidas cabíveis. Através dos resultados obtidos nas referidas abordagens junto a Comunidade Escolar, nota-se a carência que esta tem

em relação aos “espaços” dados para se manifestarem; vemos funcionários não se identificando como educadores, e educadores freqüentemente equivocados quanto a seus direitos e deveres; desnorteando muitas vezes o segmento alunos assim como pais e responsáveis...

Nessas reuniões através da explanação dos envolvidos, foi possível constatar que a Sociedade exige da Escola, ações mais criativas, atitudes mais participativas e cidadãs, em suma melhor elaboradas. A real situação em que a escola se encontra; mais precisamente na falta de investimentos em manutenção e melhorias, cria um mal estar em toda a Comunidade Escolar, haja vista o estado de deteriorização predial; gostariam de ter uma escola que pudessem sentir orgulho, como em um passado não muito distante, no qual a escola era bem quista pelos moradores do bairro; muitas vezes faltam incentivos para criação e implantação de novos projetos; através da exteriorização verbal dos Segmentos, e resultado obtido na pesquisa ficou evidente nestas reuniões também que todas as decisões fundamentais da Escola, devem passar pelo conhecimento da Comunidade Escolar; ficou evidenciado que todos os segmentos tratam com urbanidade uns aos outros, mesmo faltando oportunidades de interação. Os pais enfatizaram que os professores envolvem os alunos nas tomadas de decisões, que criam oportunidades para troca de idéias.

Conforme estabelecido na última reunião acontecida em 28/03/2015, as reuniões do Conselho Escolar, que acontecem mensalmente, visando a apreciação das prestações de contas da Escola, compras e manutenção, teriam suas “portas abertas” para todo e qualquer membro da Comunidade Escolar, e nessas, utilizaríamos uma parte do tempo para voltar a discutir o fluxo das ações que ora foram explicitadas nas reuniões do Projeto de Intervenção, realizando uma espécie de Feedback, ou seja dar respostas a uma determinado pedido ou acontecimento; visando estruturar o Projeto Político Pedagógico, sempre em consonância com o Regimento Escolar.

A concepção de PPP requer que as relações internas interpessoais sejam coerentes com a filosofia da educação, situando a pessoa humana num processo de emancipação. Conforme Gandin, (2001, p.109), “a educação política não nasce do esforço de uma pessoa ou de várias pessoas em esforços individuais. É tarefa que só pode ser desenvolvida em grupo”

O PPP permite à comunidade escolar construir, coletivamente, amplos consensos em relação à vida escolar. Pode representar a grande oportunidade que a comunidade tem para definir coletivamente o seu futuro. Nesta Seara, estamos terminando nosso Projeto Político Pedagógico, reestruturado, assim podemos afirmar que foi discutido e fomentado pelo coletivo, ou seja, pela Comunidade na qual a Escola está inserida, dentro de sua realidade.

4. AÇÕES ANALISADAS

As referidas ações que fizeram parte deste projeto propiciaram a busca, tentando a solução para o motivo da não participação da Comunidade Escolar na Escola Estadual de Ensino Médio ABC; reestruturar o Projeto Político Pedagógico propondo a participação de todos os atores envolvidos; objetivando:

- 1) Investigar a realidade das formas de participação da Comunidade Escolar, debatendo, dinamizando e propiciando uma gestão democrática na educação; cooperando com a melhoria da qualidade do ensino, refletindo sobre a intensificação e presença da comunidade na escola;
- 2) Definir a compreensão que alunos, pais e professores tem dos projetos desenvolvidos na Escola, assim como suas contribuições para a comunidade;
- 3) Identificar propondo mudanças junto à comunidade escolar as diretrizes para sustentação e reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Instituição.
- 4) Elucidar a todos os membros da Comunidade Escolar o que é uma escola onde a gestão democrática se faz presente, aclarando seu real significado: formar educandos capazes de se posicionar frente a situações cotidianas, onde sua afirmação como cidadão é necessária.

Constatou-se neste estudo de Reestruturação do Projeto Político Pedagógico, que os mecanismos escolares têm melhorado, mas não tem conseguido alcançar seus objetivos, no que tange a participação de alguns segmentos da Comunidade Escolar, tais como segmento funcionários e pais. Como conceitua Libâneo:

A escola está dividida da seguinte forma: O meio educativo compõe-se do meio material (realidade material concreta da escola, da classe e da realidade social), meio pessoal (as intercomunicações existentes entre as diferentes pessoas envolvidas na situação escolar, incluindo as posições sociais das pessoas e as comunicações que se dão) e meio institucional (síntese dos demais fatores que compõem o meio educativo incluindo instâncias externas a escola). (LIBÂNEO, 2002, p.106)

Nessa seara, é sabido que para que haja laços de confiança, e coesão entre os quatro segmentos que compõem a Comunidade Escolar, esta deva estar “alinhada” meio material – meio pessoal – meio institucional, devendo estes nortear a Escola no caminho a seguir. Percebe-se que a escola ainda não conseguiu

conquistar a credibilidade da maioria dos pais, um dos elementos que necessita de uma melhor abrangência é o projeto político pedagógico; sendo que este deve estar focado no dia a dia do estudante submetendo-o a uma contextualização comportamental, intelectual e ético. Como define Veiga:

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais alunos e representantes da comunidade local. (VEIGA, 2008, p.9).

Destarte uma Instituição de ensino, não pode ser classificada como democrática, somente porque realiza eleições para eleger sua equipe diretiva, ao passo que não busca apoio, empatia, atenção de todos os atores envolvidos no processo educacional. Os projetos e ações desenvolvidas, neste Projeto de Intervenção por seus respectivos responsáveis, mais precisamente sob minha orientação, apresentam resultados satisfatórios. Ao planejarmos as atividades durante os semestres do ano letivo de 2014 e 2015, tivemos como preocupação básica o de apresentar uma estrutura física escolar inter relacionado com a vida social do discente, quando dentro dos espaços escolares, quando fora. Vale ressaltar os estudos de Rodrigues:

E necessário ter em mente que a democratização da gestão educacional não ocorrerá sem uma compreensão mais ampla da função política e social da escola, locus privilegiado da educação sistematizada, e da sua importância no processo de transformação da sociedade, na medida em que ela se compromete com a função de "preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos" (RODRIGUES, 1983, p. 42).

A relevância da democratização do ensino funde-se quando a exclusão social, assim como fracasso escolar forem erradicadas, pela isonomia ao acesso das informações educacionais Parafraçando Paro (2002): O termo democratização, não deve ser empregado com um único e exclusivo sentido de universalização da escola básica ou para popularizar o ensino, o que se trata é democratizar relações envolvendo organizações e o efetivo funcionamento da Instituição de Ensino; em que pese, é de suma importância que os projetos visem o fortalecimento da partilha do poder entre todos os segmentos da Comunidade Escolar. Vale lembrar as reflexões de Cunha:

O ensino democrático não é só aquele que permite o acesso de todos os que o procuram, mas, também oferece a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O ensino democrático é aquele que, sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administradores do momento [...]. O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1987, p. 6)

Buscamos neste período incentivar toda a comunidade escolar a se engajarem, participando atentamente das atividades propostas oferecendo fundamentos básicos, qualitativamente, definindo com precisão os melhores atos a serem praticados pelos docentes e apontar com entendimento e simplicidade os princípios primordiais e indispensáveis. Assim salienta BARROSO, (1998, p. 16) “A autonomia é uma maneira de gerir, orientar as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis [...]”.

As ações realizadas, sob a forma de reuniões objetivaram especificamente, no dia 11/11/2014, com Segmento Professores e Funcionários; aplicação de questionário; destacou-se o nesta o conhecimento prévio dos pontos fortes e fracos da Instituição; levando em consideração patrimônio, pessoal e administrativo. Os participantes tiveram a oportunidade de falar o que representava para eles fazer parte de uma Escola democrática, e quais suas aspirações e o que esperar para 2015. Foi lido antigo PPP, comentando-o; o encontro do dia 10/12/2014 com Segmento Alunos; tendo como foco sempre o bem estar do educando, dentro da Instituição de Ensino, foi solicitado que falassem um pouco sobre sua trajetória na escola e suas aspirações, questionou-os sobre o que os motiva, e quais as atividades que deixam a desejar, quanto a sua aplicabilidade e seu efetivo resultado.

Em reunião realizada dia 12/12/2014 com o Segmento Pais, os participantes tiveram a oportunidade de falar o que representava para eles fazer parte de uma Escola democrática, e quais suas aspirações. Foi lido o antigo PPP, comentando-o; demonstramos ao grupo que estamos engajados na atualização do referido e que haverão ações focadas nele; assim no dia 19/12/2014 em Reunião realizada com todos os segmentos; após exposição da situação escolar, “abrimos” espaço para perguntas à Comunidade. Analisamos junto a eles como se dará a participação em conjunto com a Escola no PI. ; apresentação das metas e ações para o ano letivo, realização de montagem do questionário a fim de reavaliar os instrumentos de

avaliação; Já na data de 23/02/2015 Professores e Funcionários, realizaram a “montagem” das turmas, assim como a distribuição dos turnos, focando sempre o bem-estar do educando. A intenção foi que professores e funcionários participassem, engajando-se no processo de fortalecimento da participação de todos, motivando-os quanto ao seu pertencimento na Escola. No dia 24/02/2015, ocorreu reunião com Equipe Diretiva, Professores e Funcionários; A cada membro foi dado à oportunidade de manifestação, detalhando dificuldades apresentadas no decorrer do ano, e sugestões para saná-las. Esclarecimentos de dúvidas; realizamos feedbacks objetivando o término do ano letivo analisando a motivação da equipe; elucidando tal trabalho expondo sugestões para o desenvolvimento do PI; dessa forma no dia 28/03/2015 aconteceu reunião com todos os segmentos, visando dar andamento a aplicação dos questionários em todos os segmentos; Após exposição da situação escolar, “abrimos” espaço para perguntas à Comunidade. Analisamos junto a eles como serão realizados os trabalhos e quais as formas de elaboração do Projeto de Intervenção em consonância com a Escola; Os pais que estavam na referida mostraram interesse; tínhamos como meta motivar o grupo, para engajarem-se; Fazer com que freqüentem a Escola, cobrando e propondo medidas cabíveis. Através dos resultados obtidos nas referidas abordagens junto a Comunidade Escolar, nota-se a carência que esta tem em relação aos “espaços” dados para se manifestarem; vemos funcionários não se identificando como educadores, e educadores freqüentemente equivocados quanto a seus direitos e deveres; desnorteando muitas vezes o segmento alunos assim como pais e responsáveis...

A dificuldade da Escola vem a ser a resistência, insegurança, e pouco envolvimento na participação de uma proposta que contemple não somente aprendentes, mas também ensinantes... O outro fator é a fragilidade de atividades realizadas no ambiente escolar, em que pese, a Escola estar localizada em área sitiada pelo trafico de drogas, estas exigem um cuidado exagerado em sua composição, para não oferecer risco a nenhum dos pólos... Oferecendo sempre um ambiente favorável.

Na área sócio-cultural a escola realiza poucas comemorações com a cooperação dos segmentos educadores e educandos, assim como com toda a Comunidade Escolar. Em todas as atividades culturais temos a expectativa de abalos favoráveis à construção do conhecimento; mas como dito anteriormente

pouco realizamos em virtude do não oferecimento de segurança por parte de nossa força policial, fazendo com que os referidos eventos não sejam abertos a comunidade; Todavia, a violência no meio escolar vem se fortalecendo e sendo comprovada, de forma cada vez mais acentuada cotidianamente na rotina dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; lembrando os ensinamentos de Gadotti, (2002, p. 117) “numa época de violência, de agressividade, o professor deverá promover o entendimento com os diferentes, e a escola deverá ser um espaço de convivência, onde os conflitos são trabalhados, e não camuflados [...]”.

Penso que se houvesse maior envolvimento com participação coletiva, onde comunidade escolar de encontro com equipe diretiva, combinando práticas educativas e proposta curricular assim como de integração, se tornariam mais ricas e significativas, ajudando a atingir o sucesso educacional. Gandin afirma que:

O Planejamento Participativo consagra a necessidade de um projeto político, mostra como estruturá-lo e como organizar um processo técnico que lhe seja coerente, além de estabelecer a participação como elemento chave de uso do poder em todos os graus, organizando instrumentos para realizá-la. (GANDIN, 2004, p.15).

Por conseguinte espero ter “alcançado” através deste estudo condições que permita, aos alunos, pais e demais membros da Comunidade Escolar ter conhecimento das práticas escolares debatidas e trabalhadas, pensando sempre na formação de nossos educandos e sua afirmação como cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Projeto de Intervenção demonstrou ser de suma importância para o bom andamento da Escola Estadual de Ensino Médio Alberto Torres, o mesmo se deve a eficácia das ações aplicadas, à reestruturação do Projeto Político Pedagógico contando com a participação dos quatro segmentos; alunos, pais, professores e funcionários, ambos compondo a Comunidade Escolar. Acredito que a pretensão de difusão de informações de caráter público e do estabelecimento de Ensino que devem internalizadas, servindo como subsídios para que a instituição possa informar a Comunidade Escolar, como ocorre o processo no qual está inserida; fortalecendo laços de sociedade, logrou êxito; Contribuindo para a qualificação da Gestão Escolar, na perspectiva democrática e da real efetivação do direito à educação básica com qualidade; fortalecendo conhecimentos que contribuem para a efetivação de uma Gestão pública com propostas educacionais compatíveis com um ensino público democrático e de qualidade; elaboração de mecanismos que promovam a sustentação e a garantia da continuidade da prática participativa na Escola, atentando sempre os princípios e diretrizes de democratização elencadas na legislação; Elucidando sempre a Equipe diretiva que a Gestão Participativa, não somente produz visões compartilhadas pelos vários segmentos internos e externos da Comunidade Escolar, como promove a divisão de responsabilidades e o acompanhamento formal e informal das ações.

Destarte nosso Projeto Político Pedagógico, foi reestruturado com a participação ativa do Conselho Escolar e será encaminhado para a Secretaria Estadual da Educação, para homologação e aprovação, devendo ser aplicado na Instituição de Ensino a contar dos Primeiros dias letivos do ano de 2016.

REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; SILVA, Maria Beatriz Gomes da. **Sala-ambiente “Projeto Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares.** In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da;

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em Eficácia Escolar – Origem e Trajetórias.** 2ª Edição. Minas Gerais: UFMG. 2004

FONSECA, Marília (Orgs). **Avaliação:** políticas e práticas. Campinas, Papirus,

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica.** 5.ed.. São Paulo: Afiliada, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação na Nova Constituição.** Revista da Ande, São Paulo, v. 6, n. 12, 1987.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Direito à educação:** direito à igualdade, direito à diferença. Caderno de Pesquisa. Nº. 116. São Paulo, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico:** explicitação das normas da ABNT; 14. ed.; Porto Alegre; 2008.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. (orgs.). **Autonomia da escola:** princípios e propostas. Guia da escola cidadã; v. I. 5ª edição. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo na Educação.** Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

GANDIN, Danilo. **Planejamento Participativo na Escola: o que é e como se faz.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GENTILINI, João Augusto. **Comunicação, Cultura e Gestão Educacional. Cadernos CEDES**, Campinas, ano 21, n. 54, p. 41-53, ago. 2001.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 04 set. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**, Ed. São Paulo, 2002.

LOPES, Patrícia. **Atuação dos Pais na Educação.** Disponível em: <<http://www.educador.brasilecola.com/sugestoes-pais-professores/atuacao-dos-pais-na-educacao.htm>> Acesso em: 20 jul. 2015.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** Petrópolis, Ed: Vozes, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2004.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin Assis de **Projeto Político-Pedagógico: construção e elaboração na escola.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

OLIVEIRA, Sílvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997

PELLEGRINI, Marlou Zanella. **Administração participativa: teoria e práxis**. In: Revista Brasileira da Administração de Educação, v.4, n.2, Porto Alegre; jul./dez. 1986.

PEREIRA, Sueli Menezes. **O compromisso dos professores diante da democratização e autonomia na escola: a gestão do pedagógico**. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de Educação - Pedagogia (entre) lugares e saberes. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1977.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua seqüência metodológica**. Recife, 1989, Mimeo.

PNE, **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 21 set. 2015.

RODRIGUES, Neidson. **A Democratização da Escola: novos caminhos**. Revista Nacional da Educação, São Paulo, n.6, p. 42, 1983

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 108.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **O Projeto Político-Pedagógico e a Avaliação**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, Papirus, 1998, p.38.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (2002). **Construindo a avaliação**

formativa em uma escola de educação infantil e fundamental. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro;

A Gestão Democrática, Eleição de Diretores e a Construção de Processos de Participação e Decisão na Escola. www.tvebrasil.com.br/salto